

# MANIFESTO EM APOIO À RECOMENDAÇÃO 62 DO CNJ E AO DESENCARCERAMENTO

**As instituições e entidades abaixo assinadas manifestam seu apoio à Recomendação do Conselho Nacional de Justiça-CNJ** no sentido de reduzir a superlotação dos presídios e das unidades de internação de adolescentes, com o objetivo de evitar o contágio pela COVID-19 durante a pandemia mundial.

O sistema prisional brasileiro e de socioeducação padecem há anos com as péssimas condições estruturais, superlotação, mortes de causas não violentas e proliferação de doenças graves, como tuberculose e sarna, retrato da sua atuação seletiva orientada pelo racismo estrutural, encarcerando majoritariamente pessoas negras e pobres.

A gravidade das inúmeras violações foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, ao declarar o estado de coisas inconstitucional do sistema prisional na ADPF 347, da mesma forma no Habeas Corpus Coletivo 143.641/SP, protetivo às mulheres e seus filhos, bem como ao reconhecer condições degradantes em unidades de internação de adolescentes, no Habeas Corpus 143.988/ES.

**O acerto da Recomendação 62 do CNJ, editada com a celeridade que o atual momento requer, foi reconhecido** por organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, **haja vista o alerta da comunidade científica de que o sistema prisional possui condições ideais para a proliferação do coronavírus.**

Importante que os Tribunais locais busquem maior incidência da Resolução. **As medidas sugeridas igualmente visam à proteção de milhares de trabalhadores do sistema prisional, como agentes penitenciários, profissionais de saúde, educação, advogados e funcionários de empresas prestadoras de serviços,** cuja essencialidade do trabalho torna imprescindível o deslocamento diário para as unidades prisionais e de socioeducação.

**Assim, além do apoio irrestrito às medidas adotadas pelo CNJ, é fundamental que o Ministério da Justiça e o Departamento Penitenciário Nacional priorizem a preservação de vidas,** deixando de lado disputas políticas secundárias que apenas buscam disseminar um infundado pânico na sociedade, **inclusive respeitando a competência do CNJ, a independência do Poder Judiciário e a Constituição da República.**

**Assinam esse manifesto as mais de 70 organizações listadas a seguir:**

## Organizações que assinam:

Conselho Federal da OAB  
ABJD - Associação Brasileira de Juristas pela Democracia  
ABRACRIM - Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas.  
AJD - Associação Juizes para a Democracia  
Andhep - Associação Nacional de Direitos Humanos, Pesquisa e Pós Graduação  
ASBRAD - Associação Brasileira de Defesa da Mulher da Infância e da Juventude  
Assessoria Popular Maria Felipa  
Associação Brasileira de Juristas pela Democracia -A BJD/ES  
Associação de Apoio aos Presos, Egressos e Familiares - APEF (DF)  
Associação Elas Existem  
Associação Grupo Orgulho, Liberdade e Dignidade - GOLD/ES  
CEDP - Comissão de Estudos de Direito Penal da OAB/RJ.  
Centro de Estudos em Desigualdade e Discriminação (CEDD/UnB)  
Centro de Referência em Direitos Humanos da Universidade Federal Rural Do Semiárido - CRDH/UFERSA  
Centro de Referência em Direitos Humanos Marcos Dionísio da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - CRDH/UFRN  
CFNTX - Centro de Formação do (a) Negro (a) da Transamazonica e Xingu  
Círculo Palmarino - ES  
Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais - CONDEGE  
Coletivo Amazônico LesBiTrans  
Coletivo por um Ministério Público Transformador - Transforma MP  
Coletivo Rosas no deserto - Familiares, Amigos/as e egressos/as do sistema prisional DF.  
Comissão de Defesa do Estado Democrático de Direito da OABRJ.  
Comissão de Direito Penal da OAB/SP  
Comissão de Direitos Humanos OAB/SP  
Comissão de Política Criminal e Penitenciária da OAB/SP  
Comissão de Segurança Pública da OAB/RJ  
COMITÊ ESTADUAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA DO RIO GRANDE DO NORTE - CEPCT/RN  
COMUNEMA - Coletivo de Mulheres Negras Maria - Maria  
Conectas Direitos Humanos  
Conselho Estadual de Direitos Humanos e Cidadania do Rio Grande do Norte - COEDHUCI/RN  
Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo - DPES  
Todas Unidas  
Vicariato para Ação Socia, Política e Ecumênica da Arquidiocese de Vitória-ES  
Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro  
Eu Sou Eu - Reflexos de uma vida na prisão  
Fórum de Saúde Penitenciário do RJ  
Frente pelo Desencarceramento do DF  
Frente Estadual pelo Desencarceramento - RJ  
Frente pelo Desencarceramento de Minas Gerais  
Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas Privadas de Liberdade de Minas Gerais  
Grupo Prerrogativas  
Grupo Tortura Nunca Mais  
IDDD - Instituto de Defesa do Direto de Defesa  
IGP - Instituto de Garantias Processuais  
Ile Ase Opo Iya Olodoide  
Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial - Baixada Fluminense-RJ  
Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas - INNP  
Innocence Project Brasil  
Instituto Brasileiro de Ciências Criminais - IBCCRIM  
Instituto Carioca de Criminologia  
Instituto de Cultura e Consciência Negra Nelson Mandela  
Instituto de Pesquisa e Estudos em Justiça e Cidadania - IPEJUC  
Instituto dos Advogados Brasileiros - IAB  
Instituto Terra Trabalho e Cidadania - ITTC  
ISER- Instituto de Estudos da Religião  
Laboratório de Direitos Humanos LADIH/UFRJ  
Liberta Elas / PE  
Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro (MEPCT/RJ)  
Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate a Tortura (MNPCT)  
Movimento Moleque  
Movimento Negro Unificado - MNU/ES  
NEV - Núcleo de Estudos da Violência da Usp  
Coletivo de Advocacia em Direitos Humanos - CADHu  
Observatório da Justiça de Cidadania do RN - OJC/RN  
Pastoral Carcerária Nacional - CNBB  
Plataforma Brasileira de Política de Drogas - PBPD  
Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência  
Rede Justiça Criminal  
Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares no Rio Grande do Norte - RENAP/RN  
Sacerj - Sociedade dos Advogados Criminais do Estado do Rio de Janeiro  
Sindicato dos Advogados e Advogadas - SP (SASP)